Comissão Europeia - Comunicado de imprensa

União Bancária: primeiro relatório intercalar sobre o combate aos créditos não produtivos em apoio do objetivo de redução dos riscos

Bruxelas, 18 de janeiro de 2018

A Comissão Europeia congratulou-se com os progressos realizados no combate aos créditos não produtivos (*non-performing loans*, ou NPL) na União Europeia, resultantes de um esforço contínuo, tanto a nível nacional como da UE, de redução dos riscos que afetam parte do setor bancário europeu.

No primeiro relatório intercalar do Plano de Ação para a redução dos créditos não produtivos (NPL), a Comissão destaca uma nova diminuição dos rácios de NPL e as medidas previstas no sentido de uma redução adicional destes créditos.

A redução do nível de créditos não produtivos é fundamental para assegurar o bom funcionamento da União Bancária e da União dos Mercados de Capitais e garantir um sistema financeiro estável e integrado na UE. Esta redução, assim como a prevenção de futuras acumulações, são indispensáveis ao reforço e consolidação do crescimento económico na Europa. Para obter financiamento, as famílias e as empresas estão dependentes de um setor financeiro sólido e que consiga resistir a situações de crise. Embora os bancos e os Estados-Membros estejam na linha da frente no combate aos NPL, a dimensão europeia do problema é evidente, tendo em conta as potenciais repercussões na economia da União.

Valdis **Dombrovskis**, Vice-Presidente da Comissão responsável pela Estabilidade Financeira, Serviços Financeiros e União dos Mercados de Capitais, declarou: *«A diminuição do nível de créditos não produtivos é fundamental para reduzir os riscos no setor bancário e concretizar a União Bancária. O esforço conjunto dos bancos, das autoridades de supervisão, dos Estados-Membros e da Comissão já começou a dar frutos, mas para que o nível de créditos não produtivos continue a diminuir não podemos ficar por aqui. Queremos que os bancos de todos os Estados-Membros recuperem a capacidade de conceder empréstimos às empresas e às famílias, evitando ao mesmo tempo que o crédito malparado se volte a acumular.»*

Principais conclusões

Este primeiro relatório intercalar, sob a forma de uma comunicação da Comissão, acompanhada de um documento de trabalho dos seus serviços, descreve a evolução recente dos créditos não produtivos, tanto na UE em geral como nos diferentes Estados-Membros. A tendência positiva de descida dos rácios de créditos não produtivos e subida dos rácios de cobertura tem vindo a consolidar-se e continuou a verificar-se no segundo semestre de 2017.

Além disso:

- Os rácios de créditos não produtivos têm vindo a baixar em quase todos os Estados-Membros, embora as situações individuais difiram significativamente entre si. No segundo trimestre de 2017, o rácio global na UE baixou para 4,6 %, o que representa uma diminuição de cerca de um ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior e de um terço em relação ao quarto trimestre de 2014.
- A análise dos dados revela uma redução geral dos riscos em todo o sistema bancário europeu, a qual, associada a uma partilha dos riscos, contribuirá para a conclusão da União Bancária.
- O relatório demonstra ainda que a UE está no bom caminho no que diz respeito à implementação do Plano de Ação do Conselho.

Na primavera, a Comissão irá propor um pacote abrangente de medidas destinadas a reduzir os atuais níveis de NPL e prevenir a sua acumulação no futuro. O pacote centrar-se-á em quatro aspetos: i) medidas de supervisão, ii) reforma dos enquadramentos para a reestruturação, insolvência e cobrança de dívidas, iii) desenvolvimento de mercados secundários para os ativos depreciados e iv) promoção da reestruturação do sistema bancário. As medidas devem ser tomadas a nível nacional e, se for caso disso, da União.

A Comissão convida ainda os Estados-Membros e o Parlamento Europeu a chegar rapidamente a acordo sobre a proposta da Comissão relativa à insolvência das empresas. Esta proposta, apresentada

em novembro de 2016, visa ajudar as empresas em dificuldades financeiras a proceder a uma reestruturação antecipada, de modo a evitar situações de falência, o que tornaria os processos de insolvência mais eficientes.

Contexto

Sendo os NPL um dos principais riscos remanescentes no sistema bancário europeu, em outubro de 2017 a Comissão propôs reforçar a importância das medidas de redução dos NPL no processo de partilha e redução dos riscos que conduzirá à conclusão da União Bancária, tendo recebido um acolhimento favorável da parte do Parlamento Europeu e do Conselho nos últimos meses.

Embora o rácio médio de créditos não produtivos tenha diminuído de um terço desde 2014 e siga uma tendência de declínio constante, os níveis ainda elevados de NPL podem pesar sobre o crescimento económico dos países afetados, ao reduzir a rentabilidade dos bancos e a sua capacidade de concessão de empréstimos às famílias e empresas. Neste combate aos elevados rácios de NPL, os bancos afetados e os Estados-Membros estão na primeira linha. No entanto, numa união monetária em que as economias dos países membros estão interligadas e podem afetar-se entre si através de efeitos colaterais, a União Europeia tem interesse em reduzir os atuais rácios de créditos não produtivos. No contexto do Semestre Europeu, o ciclo de coordenação da política económica da UE, a Comissão tem evocado sistematicamente esta questão junto dos países afetados.

Em julho de 2017, o Conselho adotou um «Plano de Ação para combater os créditos não produtivos na Europa». Este plano exorta diferentes instituições, incluindo a Comissão, a tomar medidas para combater os elevados rácios de NPL na Europa. Segundo o plano, o balanço da evolução dos NPL na União deve ser feito pelo Conselho, com base num relatório da Comissão. Assim, na sua Comunicação sobre a conclusão da União Bancária, de 11 de outubro de 2017, a Comissão anunciou que iria trabalhar num pacote abrangente de medidas de combate aos NPL na Europa. Além disso, no pacote da Comissão relativo à UEM, de 6 de dezembro de 2017, foi estabelecido um roteiro e apresentadas propostas concretas para o aprofundamento da União Económica e Monetária.

Mais informações:

NOTA INFORMATIVA

Ficha informativa

Documento de trabalho dos serviços da Comissão e Comunicação

IP/18/266

Contactos para a imprensa:

Vanessa MOCK (+32 2 295 61 94)
Letizia LUPINI (+32 2 295 19 58)

Perguntas do público em geral: Europe Direct pelo telefone 00 800 67 89 10 11 ou por e-mail